

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 24 de abril de 2025 • Nº 2037 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CIELO

Varejo cresce 6,4% com vendas da Páscoa

As vendas no varejo apresentaram crescimento de 6,4% durante a semana de Páscoa de 2025 frente ao mesmo intervalo do ano passado. Os dados são do Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que comparou as operações realizadas entre os dias 14 e 20 de abril deste ano com os dias

25 a 31 de março de 2024. Segundo a Cielo, esse foi o melhor desempenho para a data desde 2019 e "demonstra uma retomada do comércio na Páscoa, que em 2024 havia retraído 5% em relação a 2023". A companhia destaca o segmento de Varejo Alimentício Especializado, que inclui

chocolaterias e docerias, que alcançou alta de 10,2% no período. Além disso, a junção dos feriados de Páscoa e Tiradentes pode ter contribuído para o aumento de viagens e deslocamentos, o que refletiu para um avanço de 12,1% nas vendas do setor de Turismo e Transporte. **PÁGINA 2**

COMBATE AO CRIME

Lula entrega PEC da Segurança ao Congresso

O presidente Lula entregou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP); e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). A ideia da PEC é desburocratizar e dar mais eficiência ao trabalho das autoridades no combate às organizações criminosas, inclusive por meio da aproximação de entes federativos com o governo federal. Ao entregar a PEC aos chefes do Legislativo, Lula disse esperar que a proposta seja debatida e votada o mais rápido possível no Congresso Nacional. Segundo o presidente, a PEC não interfere na autonomia dos estados e municípios no tratamento da segurança pública.

MARÇO

Preço de ingredientes do prato feito recua em SP

Levantamento da Associação Paulista de Supermercados (Apas), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, em março, o preço dos principais ingredientes do prato feito caiu no estado de São Paulo. A carne bovina, item de maior peso na composição do prato, registrou recuo de 1,16%. No acumulado deste ano, a queda chega a 0,49%. Entre os cortes que mais baratearam desde janeiro, destacam-se a picanha (6,16%), fraldinha (4,91%), contrafilé (2,89%) e patinho (2,21%). "O aumento da oferta de fêmeas para abate, combinado à diminuição da demanda por carne devido ao término do período de festas e à substituição por outros produtos com preços mais acessíveis. **PÁGINA 6**

LESA-APOSENTADOS

Lula demite presidente do INSS acusado de fraude contra idosos



BRUNO PERES/ABRASIL

A exoneração do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União ontem. A portaria é assinada pela ministra substituta da Casa Civil, Miriam Belchior. Stefanutto é um dos investigados na operação que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã de ontem para apurar suspeitas de um esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas. A demissão foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais cedo, a Justiça Federal já havia determinado o afastamento cautelar de Stefanutto e de outros cinco servidores públicos. Procurador federal, Stefanutto ficou à frente da Procuradoria-Federal Especializada junto ao INSS de 2011 a 2017. **PÁGINA 5**

AGU cria grupo para recuperar dinheiro das vítimas de fraude

A Advocacia-Geral da União criou ontem um grupo especial para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida foi tomada após a deflagração da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bi foram descontados de aposentados e pensionistas. **PÁGINA 5**

LÍDER GOLPISTA



LULA MARQUES/ABRASIL

Após live, Bolsonaro é intimado em UTI de hospital por golpe

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi intimado ontem sobre o processo criminal que deverá responder no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a trama golpista que pretendia impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intimação ocorreu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde se recupera de uma cirurgia no intestino. No dia 11 deste mês, o ministro Alexandre de Moraes determinou a intimação de todos os denunciados do núcleo 1 que viraram réus após o julgamento da Primeira Turma da Corte que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). A medida é uma formalidade prevista na legislação para comunicar pessoalmente os réus sobre a abertura da ação penal. As intimações foram concluídas entre os dias 11 e 15 de abril. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 1,34% / 132.216,07 / 1.751,69 / Volume: 25.176.498.160 / Negócios: 4.021.337				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo							
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		Taxa Selic		IPCA		DÓLAR Ptax - BC	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.		%								
COGNA ON ON NM	2,39	-8,08	-0,21	MELIUSZ ON NM	5,580	+23,18	+1,050	DTCOM.DIRECTON	3,65	-13,10	-0,55	Dow Jones	39.606,57	+1,07	14,25%	13,25%	Compra: 6,5639	Venda: 6,7439	
HAPVIDA ON NM	2,24	+1,36	+0,03	ALFA.HOLDINGPNA	6,61	+19,96	+1,10	MRS.LOGISTICA	27,00	-9,70	-2,90	S&P 500	5.375,86	+1,67	0,56%		Compra: 5,6880	-1,07%	
PETROBRAS PN EDR N2	30,57	-1,13	-0,35	INEPAR ON	1,95	+18,90	+0,31	AZEVEDO PN	0,79	-8,14	-0,07	NASDAQ Composite	16.708,05	+2,50			Compra: 5,7178	Venda: 5,7184	
BRADESCO PN N1	13,15	+3,30	+0,42	ALPHAVILLE ON NM	2,130	+9,23	+0,180	COGNA ON ON NM	2,39	-8,08	-0,21	Nasdaq 100	18.693,257	+2,28	0,1708%	R\$ 606,98	Compra: 5,7178	Venda: 5,7184	
ITAUSA PN N1	10,34	+1,67	+0,17	LIGHT S/A ON NM	4,94	+8,57	+0,39	KARSTEN PN	32,10	-7,68	-2,67	Euronext 100	1.487,26	+1,74	0,6717%	Compra: 6,4746	Venda: 6,4752	Compra: 5,7534	Venda: 5,9334

MERCADOS



Bolsa fecha no maior nível desde 27 de março com Trump

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) estende alta da véspera e fecha no nível de 132 mil pontos pela primeira vez desde 27 de março, com o respaldo de uma retórica mais branda do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tanto com relação às tarifas contra a China quanto sobre o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell. O rali só não foi mais expressivo por conta da queda de mais de 2% dos contratos futuros de petróleo, que pesam nos papéis de petrolíferas como Petrosbras.

Com giro financeiro de R\$ 24,2 bilhões, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 1,34%, aos 132.216,07 pontos. Trata-se do maior nível de fechamento desde 27 de março, quando a referência da B3 fechou aos 133.148,98 pontos.

Trump afirmou ontem que as tarifas de 145% sobre a China são "muito altas". O republicano pontuou que o nível tarifário "não vai ser zero", mas destacou que a tendência é de que caia "bastante". Fontes ouvidas pela Dow Jones indicam que o governo Trump considera reduzir as tarifas sobre a China para algo entre

50% e 65%.

Na ponta positiva, JBS (+6,38%) é beneficiada pelo avanço no processo de dupla listagem, via BDRs na B3 e também na Nyse. Entre as blue chips, grandes bancos avançaram em bloco, da Unit do Santander Brasil (+0,52%) até a ação ordinária do Bradesco (+3,30%), enquanto Vale - que divulga balanço do primeiro trimestre de 2025 amanhã - avançou 1,19%.

Já Petrobras caiu 1,13% (PN) e 0,73% (ON), penalizada pelo recuo de 2% dos contratos futuros de petróleo, após a Reuters revelar que diversos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) têm feito pressão para acelerar a retomada da produção a partir de junho.

DÓLAR

Após tocar o nível R\$ 5,65 pela manhã, o dólar reduziu bastante o ritmo de queda ao longo da tarde, em sintonia com o comportamento da moeda americana no exterior, e encerrou a sessão de ontem em baixa 0,16%, cotado a R\$ 5,719. Foi o quarto pregão consecutivo de recuo do dólar, que já apresenta desvalorização de 1,46% na semana.

CONCORRÊNCIA

Fazenda: 6 normas e 3 leis poderão sofrer mudanças

AMANDA PUPO/AE

A Secretária de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda fará uma avaliação de seis atos normativos, entre eles um do Banco Central, e de três leis federais, que poderão receber sugestões de mudanças por potencialmente serem prejudiciais à concorrência. O trabalho é a nova etapa do Procedimento de Avaliação Regulatória e Concorrencial (Parc), cuja consulta pública registrou 80 contribuições distintas. Após a análise das propostas, a SRE decidiu iniciar os Parcs por esse conjunto de nove atos.

As normas são do BC, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Trans-

portes Aquaviários (Antaq), além de três leis federais.

"Para a seleção das normas a serem revistas, foram considerados a relevância e o interesse público dos setores econômicos, o potencial impacto concorrencial afetado e a existência de análise de impacto concorrencial feita pelo órgão responsável pela edição do ato previamente à sua edição", disse a Fazenda em nota.

Com base nesse resultado, a pasta vai iniciar a etapa de diálogo com os órgãos reguladores para compreensão das motivações de cada norma e das possibilidades de alteração, caso necessário, disse o coordenador Ravi Madruga. "Também serão ouvidas as entidades representativas de cada um dos setores", explicou. "Essa fase de consultas tem duração prevista de até quatro meses", disse.

Segundo o subsecretário de

Acompanhamento Econômico e Regulação da Fazenda, Gustavo Henrique Ferreira, o objetivo do Parc não é apenas apontar os pontos que devem ser modificados nas normas, mas sugerir mudanças, apresentando soluções que serão avaliadas nos órgãos. "A ideia é sempre encaminhar os apontamentos junto com uma minuta de ato normativo, como proposição da Fazenda", afirmou Ferreira.

A resolução do Banco Central disciplina no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro o funcionamento dos sistemas de liquidação, o exercício das atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros registrados ou depositados.

No caso da norma da ANP, a resolução regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás li-

quefeito de petróleo (GLP). O texto da Cmed está relacionado aos critérios para definição de preços máximos para venda de medicamentos. Já a resolução da Anvisa escolhida define os critérios para o procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos.

Da Antaq, são duas resoluções. Uma dispõe sobre a estrutura de serviços prestados por operadores portuários e instalações portuárias que movimentam e armazenam cargas contêinerizadas, e a outra estabelece critérios para identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias.

Já as leis em análise dispõem sobre a Seguridade Social, os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.

ENERGIA

Brasil fica em 5º no ranking GWEC de capacidade eólica

DENISE LUNA/AE

O Brasil ultrapassou a Espanha e subiu uma posição no ranking de capacidade total instalada de energia eólica onshore (em terra) do Global Wind Report 2025 (GWEC), divulgado ontem, chegando ao quinto lugar, informou a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

O País registrou a instalação de 3,27 gigawatts (GW) no ano passado, atingindo 33,7 GW, ficando atrás da China (478,8 GW), Estados Unidos (154,1 GW), Alemanha (63,7 GW) e Índia (48,2 GW). Globalmente, a indústria eólica alcançou um novo recorde com a instalação de 117 GW onshore e offshore (no mar), somando 1.136 GW no mundo.

O relatório mostra que a indústria eólica brasileira viveu um período recorde de novas instalações de parques eólicos onshore, entre 2021 e 2023, puxado principalmente pelo mercado livre, por meio de contratos de compra e venda de energia (PPAs) privados. Segundo a publicação, "já era esperado que novas instalações desacelerassem em 2024, devido aos cortes de geração de

energia renováveis, cancelamento de leilões e outros entraves regulatórios", observa o GWEC.

O documento destaca ainda a aprovação do marco legal da energia eólica offshore em janeiro deste ano, ressaltando que o Brasil tem um potencial estimado em 1.2 GW e expectativa de um leilão de áreas ainda este ano, "impulsionando novas indústrias, como a produção de hidrogênio verde e a instalação de data centers", avalia.

Segundo o GWEC, medidas do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) também ajudaram a reduzir juros e facilitar o acesso a crédito para projetos de energia limpa. Apesar de desafios econômicos, informa o relatório, a fabricante chinesa Goldwind abriu sua primeira fábrica fora da China no Brasil; a Vestas investiu R\$ 130 milhões em uma nova planta no Ceará para fabricar turbinas V163-4.5MW; e empresas como HINE do Brasil expandiram sua infraestrutura para atender à crescente demanda por componentes eólicos.

"O relatório trouxe vitórias importantes em 2024 como a regulamentação das Eólicas Offshore,

o marco regulatório de hidrogênio e do Mercado de Carbono. Apesar da crise na indústria eólica que o Brasil enfrenta, conseguimos ainda crescer no ranking e ocupar a 5ª posição global. Porém, como se trata de uma indústria de infraestrutura, o próximo relatório deve refletir os impactos no setor de forma mais acentuada e veremos também uma retomada, nos próximos anos, se o País fizer o dever de casa", explica a presidente executiva da ABEEólica e vice-presidente do Conselho do GWEC, Elbia Gannoum.

OFFSHORE

A previsão do GWEC para 2025-2030 é de que a energia eólica offshore aumente de 16 GW em 2025 para 34 GW em 2030, passando de 11,8% da nova capacidade para 17,5% da nova capacidade até o final da década.

A chave para isso, destaca o documento, é a energia eólica offshore, que teve um ano recorde para os leilões em 2024. Um total de 56,3 GW de capacidade eólica offshore foi concedido em todo o mundo no ano passado. A Europa liderou o caminho, com 23,2 GW e 17,4 GW na China.

Uma nova onda de mercados também teve anos marcantes, com a Coreia do Sul viabilizando 3,3 GW, Taiwan (China) 2,7 GW e o Japão 1,4 GW.

De acordo com o CEO do GWEC, Ben Backwell, embora a energia eólica continue a impulsionar investimentos e empregos, assim como melhorar a segurança energética e a baixar os custos para o consumidor, o ambiente político está mais volátil e as energias renováveis estão sob ataque em algumas partes do mundo, o que leva à paralisação de projetos em construção, ameaçando a certeza do investimento.

"A agressiva instigação de guerras tarifárias aumenta ainda mais a incerteza nas decisões de investimento internacional e ameaça perturbar as cadeias de abastecimento internacionais das quais a indústria eólica depende. Os custos totais para a nossa indústria da vasta gama de tarifas declaradas e ameaçadas que temos visto, tanto gerais como sobre commodities específicas como o aço, ainda não foram totalmente calculados", alertou Backwell.

CIELO

Varejo cresce 6,4% com vendas durante a Páscoa

CAMILA VECH/AE

As vendas no varejo apresentaram crescimento de 6,4% durante a semana de Páscoa de 2025 frente ao mesmo intervalo do ano passado. Os dados são do Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que comprou as operações realizadas entre os dias 14 e 20 de abril deste ano com os dias 25 a 31 de março de 2024. Segundo a Cielo, esse foi o melhor desempenho para a data desde 2019 e "demonstra uma retomada do comércio na Páscoa, que em 2024 havia retraído 5% em relação a 2023".

A companhia destaca o segmento de Varejo Alimentício Especializado, que inclui chocolaterias e docerias, que alcançou alta de 10,2% no período. Além disso, a junção dos feriados de Páscoa e Tiradentes pode ter contribuído para o aumento de viagens e deslocamentos, o que refletiu para um avanço de 12,1% nas vendas do setor de Turismo e Transporte.

Para Carlos Alves, vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo, o período em que a da-

ta foi comemorada também pode ter contribuído para o resultado. "No ano passado, a Páscoa caiu na última semana do mês, momento em que as pessoas geralmente compram menos. Este ano, caiu na terceira semana do mês, o que pode ter favorecido o comércio."

Ainda de acordo com o ICVA, as vendas no e-commerce registraram alta de 9,6% no período, enquanto as transações em estabelecimentos físicos cresceram 5,9%, com destaque para os shoppings, com aumento de 11,3%. Já as lojas de rua venderam 5,8% acima do que no ano passado.

Todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento em relação à Páscoa de 2024: Sul (+6,8%), Centro-Oeste (+6,7%), Nordeste (+6,6%), Sudeste (+5,6%) e Norte (+4,5%). Em relação aos Estados, as maiores altas foram na Bahia com 10,5% e Minas Gerais com 10,1%. Na sequência, aparecem Ceará (+8,6%), Santa Catarina (+7,8%), Paraná (+6,6%), Goiás (+6,5%), Rio Grande do Sul (+6,0%), Pernambuco (+5,3%), Pará (+5,1%) e São Paulo (+5,0%).

Nota

TAXAS NO NOVO CONSIGNADO SÃO A METADE NA MÉDIA SEM GARANTIA, DIZ SECRETÁRIO

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, disse ontem, que as taxas de juros dos empréstimos do novo crédito consignado têm sido em cerca da metade das taxas cobradas em empréstimos sem garantia. As operações ainda contam, segundo o secretário, com uma "enorme competição" entre os bancos dentro do "maior marketplace de crédito para pessoa física no mundo". Foram quase R\$ 8 bilhões emprestados na nova modalidade até agora. A declaração foi feita no CNN Talks, evento promovido pela CNN Brasil.

AMANDA PUPO, FERNANDA TRISOTTO E VICTOR OHANA/AE

O secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que a oneração das rendas altas e a redução de gastos tributários não são medidas excludentes, embora seja difícil concluir essa última. Ele participou do CNN Talks, promovido pela CNN e CNN Money.

"As duas agendas não são con-

traditórias, elas são complementares. Agora, falar em reduzir gastos tributários é fácil, mas fazer é difícil. Já teve uma emenda constitucional falando que os gastos tributários seriam limitados a 2% do PIB, o governo precisaria mandar um projeto, já excluir alguns gastos tributários, dizendo quais não seriam considerados. E aí, quando mandaram o projeto, não aprovaram nada", lembrou.

Ele afirmou que o governo já encaminhou muitas propostas

para correção de distorções e iniciativas para redução de gastos tributários. "Toda vez que você tem uma distorção, tem alguém que se beneficia daquela distorção. E quando você vai corrigir, obviamente, vai ter uma resistência à correção daquela distorção. A agenda de rever gastos tributários é muito importante, mas não dá para tratar genericamente. Tem de ser muito objetivo. Essa coisa para reduzir linearmente não funciona, até do ponto de vista técnico.

co. Não tem como reduzir linearmente vários tipos de gastos tributários. A agenda é importante, mas ela tem de se consubstanciar em medidas efetivas", defendeu.

Appy defendeu as medidas que são adotadas pela Fazenda. "O bom sistema tributário, o objetivo da política pública, tem que ser, de um lado, criar condições para a economia crescer mais e, de outro lado, tornar a economia mais justa", disse.

Em relação à reforma da renda, Appy argumentou que não existe bitributação entre as taxações das pessoas física e jurídica. "Uma coisa é a tributação da renda na empresa, do lucro na empresa, e outra coisa é a tributação da renda distribuída para o acionista, para o sócio da empresa, que é o que trata esse novo projeto.

DIFÍCIL É FAZER

Bernard Appy diz que falar em reduzir gastos tributários é fácil

AMANDA PUPO, FERNANDA TRISOTTO E VICTOR OHANA/AE

O secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que a oneração das rendas altas e a redução de gastos tributários não são medidas excludentes, embora seja difícil concluir essa última. Ele participou do CNN Talks, promovido pela CNN e CNN Money.

"As duas agendas não são con-

traditórias, elas são complementares. Agora, falar em reduzir gastos tributários é fácil, mas fazer é difícil. Já teve uma emenda constitucional falando que os gastos tributários seriam limitados a 2% do PIB, o governo precisaria mandar um projeto, já excluir alguns gastos tributários, dizendo quais não seriam considerados. E aí, quando mandaram o projeto, não aprovaram nada", lembrou.

Ele afirmou que o governo já encaminhou muitas propostas

para correção de distorções e iniciativas para redução de gastos tributários. "Toda vez que você tem uma distorção, tem alguém que se beneficia daquela distorção. E quando você vai corrigir, obviamente, vai ter uma resistência à correção daquela distorção. A agenda de rever gastos tributários é muito importante, mas não dá para tratar genericamente. Tem de ser muito objetivo. Essa coisa para reduzir linearmente não funciona, até do ponto de vista técnico.

co. Não tem como reduzir linearmente vários tipos de gastos tributários. A agenda é importante, mas ela tem de se consubstanciar em medidas efetivas", defendeu.

Appy defendeu as medidas que são adotadas pela Fazenda. "O bom sistema tributário, o objetivo da política pública, tem que ser, de um lado, criar condições para a economia crescer mais e, de outro lado, tornar a economia mais justa", disse.

Em relação à reforma da renda, Appy argumentou que não existe bitributação entre as taxações das pessoas física e jurídica. "Uma coisa é a tributação da renda na empresa, do lucro na empresa, e outra coisa é a tributação da renda distribuída para o acionista, para o sócio da empresa, que é o que trata esse novo projeto.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. – CON CER

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento à legislação vigente, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as disposições da legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas conforme Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
Endereço eletrônico da Concer: <https://concer.com.br>

Endereço eletrônico do jornal da publicação: <https://diariodoacionista.com.br/>

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	632	1.848
Contas a receber	4	23.987	20.379
Partes relacionadas	9	4.646	278
Adiantamento a fornecedores		47	13
Impostos a recuperar	5	7.868	428
Despesas antecipadas	6	2.748	2.126
Outros créditos		1.687	898
		41.615	25.970
Não circulante			
Contas a receber	4	409	409
Depósitos judiciais	12	2.115	10.058
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	9.277	28.349
Imobilizado		1.969	837
Intangível	7	155.550	249.435
Ativo de direito de uso		673	1.250
		169.993	290.338
Total do ativo		211.608	316.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a Descoberto) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	311.606	(2.035)	(281.237)	28.334
Prejuízo do exercício	–	–	(13.535)	(13.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311.606	(2.035)	(294.772)	14.799
Prejuízo do exercício	–	–	(95.125)	(95.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	311.606	(2.035)	(389.897)	(80.326)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. (Concer) foi criada em 16 de outubro de 1995, e seu objetivo é a administração e operação da Rodovia BR-040, no trecho que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro. A concessão iniciou-se em 1º de março de 1996, com duração de 25 anos. A sede da Companhia está situada em Duque de Caxias, RJ. O contrato de concessão é regulamentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que possui a autoridade para realizar alterações unilaterais nas cláusulas do contrato para atender ao interesse público, além de fiscalizar e aplicar sanções pela não execução do serviço. Alterações nas cláusulas econômicas e financeiras do contrato requerem a concordância da Concessionária para que a equação financeira original se mantenha. A concessão pode ser encerrada por diversos motivos, incluindo o término do prazo estipulado, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Concessionária. Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a Administração da Concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. A principal fonte de receita provém da arrecadação de pedágio, que é reajustada anualmente. Além disso, a Companhia pode explorar outras fontes de receita relacionadas à rodovia, suas áreas adjacentes e serviços, desde que tenha a autorização prévia da ANTT. Em caso de extinção, a Concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão. **1.1. 12º Termo Aditivo e recomposição do equilíbrio econômico do Contrato:** Em 30 de abril de 2014, foi firmado junto ao Poder Concedente o 12º Termo Aditivo, tendo como objeto a inclusão de novos investimentos em complementação à verba já inicialmente prevista para a execução das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis (“NSS”), constante do Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), e dispôs sobre a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro mediante aportes de recursos do Poder Concedente por meio da ANTT ou, em caso de não realização de maneira tempestiva e adequada desses, por meio de extensão do prazo do contrato de concessão, conforme disposto na cláusula 2.4. do 12º Termo Aditivo. Como metodologia de recomposição da equação econômico-financeira da Concessão, o 12º Termo Aditivo determina o aporte de recursos pela União por meio da ANTT, sendo fixados os montantes de cada um dos aportes, bem como as datas para sua realização. De maneira alternativa e em caso de inadimplemento da obrigação financeira a cargo da União, o 12º Termo Aditivo estabelece o reequilíbrio por meio de extensão de prazo contratual (até dezessete anos e meio), conforme parâmetros fixados no referido termo de aditamento. Até a presente data, os aportes pactuados no 12º Termo Aditivo não foram materialmente honrados. Em consequência do inadimplemento da União, a obra da NSS encontra-se paralisada desde agosto de 2016, ainda sem previsão de retomada. Em 20 de janeiro de 2025, a ANTT publicou o edital do leilão para a concessão da BR-040, operado pela Concer, com previsão de assunção do novo concessionário em agosto de 2025. Em 24 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu favoravelmente à Companhia em três Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal, reformando a sentença de primeira instância e afastando as condenações anteriores. A decisão reconheceu a plena regularidade do 12º Termo Aditivo, a legitimidade de ajustes e revisões no contrato de concessão de rodovias, a possibilidade de adaptação do contrato de concessão e que a prorrogação da concessão visa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sem configurar renovação de outorga. Dessa forma, a Concer segue adotando todas as medidas cabíveis para garantir a devida compensação pelos investimentos realizados e os direitos assegurados no contrato de concessão e no 12º Termo Aditivo, já reconhecidos em diversas decisões judiciais favoráveis e mensuradas em perícia econômica e contábil. **1.2. Teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo:** Para a realização do estudo de recuperabilidade do ativo de longo prazo, a Companhia considerou, em sua modelagem, a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por meio da extensão do prazo de concessão de 65 meses a partir do prazo original da concessão, finalizando em fevereiro de 2026. O estudo, conduzido sob a responsabilidade da Administração da Companhia, revelou a impossibilidade de realizar parte dos ativos fiscais diferidos, relacionados a prejuízos fiscais e provisões para contingências, resultando na baixa de R\$ 28.132 no imposto diferido. O estudo não identificou a necessidade de baixa do ativo intangível referente à provisão para perdas de recuperabilidade de investimentos. **1.3. Reajuste da tarifa básica de pedágio:** Em 06 de janeiro de 2024, através da Deliberação 01/2024 – ANTT, começou a vigorar nova tarifa básica de pedágio, conforme previsão contratual. O reajuste corresponde a variação do IPCA acumulado no período entre junho de 2021 a junho de 2023 de 15,42%. **1.4. Plano de continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 180.937, passivo a descoberto de R\$ 80.326 e o prejuízo do exercício totalizou em R\$ 95.125, resultante principalmente do acordo firmado com o BNDES que gerou encargos financeiros e das baixas de impostos diferidos não realizados em função da falta de expectativa de lucros futuros tributáveis. O capital circulante líquido negativo é reflexo do inadimplemento dos aportes previstos no 12º Termo Aditivo ao Contrato e Concessão, principalmente decorrentes da assunção das dívidas sub-rogada pelos acionistas, avalistas das operações e do financiamento obtido junto ao BNDES, que serviram para realização dos investimentos para implantação da Nova Subida da Serra de Petrópolis (NSS). A Administração trabalha tempestiva e assertivamente para garantir a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão e, com base nas evidências disponíveis e no entendimento atual das normas contábeis, mantém a premissa de continuidade operacional, dado as incertezas relacionadas ao leilão e aos processos judiciais, até que haja uma definição clara sobre o novo concessionário ou uma mudança relevante no cenário jurídico.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis – A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2025. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB (atualmente denominada como IFRS Accounting Standards). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Políticas contábeis materiais e uso de estimativas e julgamentos:** As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo

expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **Contratos de Concessão – ICPC 01 (R1):** A Companhia contabiliza os Contratos de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão. Conforme apresentado na nota explicativa 1, o Poder Concedente se comprometeu em financiar a construção da NSS. Face a inadimplência do Poder Concedente, conforme previsto no 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, na seção 2.4, a Companhia terá o direito de se recuperar através da extensão de prazo de concessão, via tarifa de pedágio. Até março de 2016 a construção da NSS, não prevista no PER, foi contabilizada em contrapartida ao ativo financeiro. Após essa data, em observância à orientação prevista no ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, está contabilizada como ativo intangível (nota explicativa 7). **2.4.1. Normas e interpretações adotadas em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento (“sale leaseback”)):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2)). Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants:** Em janeiro de 2020, outubro e novembro de 2022, o IASB emitiu alterações IAS 1 (equivalente a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação sobre a classificação de passivo entre circulante e não circulante no final do período de relatório quando vinculado a covenants ainda que seu cumprimento seja avaliado posterior à data base do relatório. O IASB afirma que o direito de adiar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses não é afetado se o cumprimento do covenant ocorrer após esse período. No entanto, se o direito de postergar a liquidação a depender do cumprimento de covenants dentro dos 12 meses, a entidade deve fornecer informações sobre os riscos de amortização dos passivos nesse prazo, incluindo detalhes sobre os covenants (tal como natureza e quando deve cumprir-lo), seu valor contábil e possíveis dificuldades em cumpri-los. Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações Acordos de Financiamento de Fornecedores:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente a NBC TG 03 (R3) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente a NBC TG 40 (R3) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.4.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações à IAS 21/ COC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e NBC TG 37 (R5) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025.** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações do Lack of Exchangeability do IASB, afetando o CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam o tratamento de moedas não conversíveis, exigindo que a conversibilidade seja avaliada na data de mensuração. Se a moeda não for conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, utilizando a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa em caso de múltiplas taxas. Além disso, enfatiza a necessidade de divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários entendam os impactos financeiros e riscos associados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e à IAS 28/ NBC TG 18 (R4) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025.** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. A atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis sem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às normas atuais, pois não tinha cor-

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	15	374.615	319.687
Amortização de intangível		(120.741)	(116.660)
Custo de construção		(27.562)	(25.737)
Operação de rodovias		(51.731)	(44.936)
Custos com pessoal		(34.898)	(32.997)
Manutenção e conservação		(27.893)	(17.671)
Gastos subsidiária KM 81		(2.353)	(3.568)
Total custo dos serviços prestados	16	(265.178)	(241.569)
Lucro bruto		109.437	78.118
Gerais e administrativas		(55.268)	(51.693)
Depreciação do imobilizado		(389)	(415)
Depreciação do arrendamento mercantil		(577)	(577)
Despesas com pessoal		(16.495)	(13.753)
Outras receitas/despesas operacionais		9.791	(3.988)
Total das despesas gerais e administrativas	16	(62.938)	(70.426)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.499	7.692
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		2.083	240
Despesas financeiras		(126.681)	(30.407)
		(124.598)	(30.167)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(78.099)	(22.475)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.b		
Corrente		–	(4.971)
Diferido		(17.026)	13.911
		(17.026)	8.940
Prejuízo do exercício		(95.125)	(13.535)
Quantidade de ações (lotes de mil)	14.a	24.206	24.206
Prejuízo por ação (R\$)		(3,93)	(0,56)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(95.125)	(13.535)
Total dos resultados abrangentes	(95.125)	(13.535)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(78.099)	(22.475)
Ajustes ao resultado que não afetaram o caixa		
Amortização e depreciação	121.707	117.653
Apropriação de juros de mútuo e financiamentos	119.157	12.701
Apropriação de juros de outras obrigações	2.833	14.044
Provisão (reversão) para contingências, líquidas de baixas e reversões	(7.494)	3.212
Receitas diferidas	–	(420)
Varição em ativos e passivos operacionais		
Aumento líquido/(diminuição) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.608)	(3.013)
Impostos a recuperar	(7.440)	425
Despesas antecipadas	(622)	475
Outros valores a receber	(823)	280
Bloqueio bancário e judicial	7.943	1.734
Aumento líquido/(diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(12.124)	15.275
Salários, provisões e encargos sociais	2.462	(419)
Impostos, taxas e contribuições	8.938	(1.670)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(8.991)	(14.148)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	143.839	123.654
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do intangível e imobilizado	(28.375)	(26.383)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(28.375)	(26.383)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar – companhias ligadas	(8.679)	(3.666)
Contas a receber – companhias ligadas	(4.368)	(13)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(585)	(628)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(52.324)	(90.223)
Juros pagos sobre empréstimos	(50.724)	(3.114)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(116.680)	(97.764)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.216)	(493)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.848	2.341
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	632	1.848
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.216)	(493)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado – Informação Suplementar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	410.502	347.923
Receitas de pedágio	374.229	317.061
Receitas de construção	27.562	25.737
Outras receitas	8.711	5.125
Insumos adquiridos de terceiros	(155.047)	(145.038)
Custo dos serviços prestados	(34.551)	(30.307)
Custo de construção	(27.562)	(25.737)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(92.934)	(88.994)
Valor adicionado bruto	255.455	202.885
Amortização e depreciação	(121.707)	(117.653)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	133.748	85.232
Valor adicionado recebido em transferência	2.083	240
Receitas financeiras	2.083	240
Valor adicionado total a distribuir	135.831	85.472
Distribuição do valor adicionado	135.831	85.472
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	45.373	40.874
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	56.365	25.020
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	129.218	33.113
Remuneração do capital próprio (prejuízo do exercício)	(95.125)	(13.535)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

responsabilidade direta com as normas do IASB e estava desatualizada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis** – em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil. Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, o IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opcionalidade na classificação de dividendos e juros. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** – em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma controladora que prepare demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

LÍDER GOLPISTA

Golpe: após live na UTI, STF intima Bolsonaro em hospital

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi intimado ontem sobre o processo criminal que deverá responder no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a trama golpista que pretendia impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intimação ocorreu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde se recuperava de uma cirurgia no intestino.

No dia 11 deste mês, o ministro Alexandre de Moraes determinou a intimação de todos os denunciados do núcleo 1 que viraram réus após o julgamento da Primeira Turma da Corte que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A medida é uma formalidade prevista na legislação para comunicar pessoalmente os réus sobre a abertura da ação penal.

As intimações foram concluídas

entre os dias 11 e 15 de abril, exceto no caso de Bolsonaro, que passou mal no dia 12 e foi submetido a cirurgia nos dias seguintes.

Diante do estado de saúde do ex-presidente, o STF esperava uma data adequada para intimá-lo. Contudo, Bolsonaro realizou uma live nesta terça-feira direto da UTI, e o Supremo determinou que um oficial de Justiça fosse ontem ao hospital.

PASSO A PASSO

Com a abertura do processo criminal contra o núcleo 1, os acusados passam a responder pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

A ação penal também marca o início da instrução processual, fase na qual os advogados pode-

rão indicar testemunhas e pedir a produção de novas provas para comprovarem as teses de defesa. Os acusados também serão interrogados ao final dessa fase. Os trabalhos serão conduzidos pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

Após o fim da instrução, o julgamento será marcado e os ministros vão decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão condenados à prisão ou absolvidos. Não há data definida para o julgamento.

Em caso de condenação, a soma das penas para os crimes passa de 30 anos de prisão.

A intimação serve para comunicar o ex-presidente oficialmente sobre o início do processo. O prazo para apresentar a defesa começa a contar a partir da notificação.

O oficial de Justiça esteve no quarto onde Bolsonaro está internado. O Estadão apurou que o ex-presidente recebeu a intimação.

Os outros seis réus foram intimados entre os dias 11 e 15 de abril. Bolsonaro era o único que ainda não havia sido citado no processo.

O Supremo Tribunal Federal (STF) informou que, em virtude da internação do ex-presidente, orientou o oficial de Justiça a aguardar uma "data adequada". Como Bolsonaro fez uma transmissão ao vivo nesta terça-feira, o tribunal considerou que ele "demonstrou a possibilidade de ser citado e intimado hoje".

Bolsonaro e outros seis investigados do "núcleo crucial" do golpe vão responder a um processo penal por cinco crimes - organização criminosa armada, golpe de estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União. As penas em caso de condenação podem chegar a 43 anos de prisão.

DELAÇÃO PREMIADA

Mauro Cid pede ao STF absolvição sumária na ação da trama golpista

RAYSSA MOTTA/AE

A defesa do tenente-coronel Mauro Cid pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) sua absolvição sumária na ação penal do golpe. Ex-ajudante de ordens da Presidência no governo Jair Bolsonaro (2019-2022), Mauro Cid fechou acordo de delação

premiada e colaborou com a Polícia Federal na investigação.

Ao pleitear a absolvição sumária, a defesa busca livrar o tenente-coronel do processo antes do julgamento. A tendência, no entanto, é que o pedido seja rejeitado pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF.

O processo criminal foi instaurado no dia 11 de abril, após a publicação do acórdão da Primeira Turma do STF que recebeu a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), e não tem previsão para ser julgado.

A ação só estará pronta para julgamento após a chamada fa-

se de instrução processual, quando são ouvidas testemunhas e podem ser produzidas novas provas.

O Código Penal permite a absolvição sumária - antes do fim do processo - quando o crime estiver prescrito ou quando houver excludentes de ilicitudes ou de culpabilidade.

COISA JULGADA

STF define prazo para desfazer decisões após trânsito em julgado

POR LAVÍNIA KAUCZ

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou o prazo de dois anos para ajuizar ação rescisória com o objetivo de desfazer uma decisão após o Corte se pronunciar em sentido diverso à "coisa julgada" formada inicialmente. A "coisa julgada" se refere às decisões com trânsito em julgado, quando não cabe mais recurso. As ações rescisórias servem para desfazer decisões definitivas quando for constatado um erro grave ou se o Supremo mudar sua posição sobre o tema.

Por outro lado, os ministros definiram que os efeitos retroativos das ações rescisórias não podem ultrapassar cinco anos. Ou seja, se um contribuinte tem uma decisão definitiva para não pagar um determinado tributo e o Supremo se pronuncia a favor

da cobrança, a Fazenda só pode cobrar os valores correspondentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação rescisória. A decisão vale apenas para o futuro e não atinge ações rescisórias ajuizadas no passado.

"A preocupação do tribunal era evitar que um caso leve 15, 20 anos, chegue ao Supremo com uma retroação que possa ter um impacto deletério", disse Barroso.

Os ministros chegaram a um consenso sobre o tema a portas fechadas e a tese foi lida pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso. Ele disse que a tese foi aprovada por todos os ministros, com "reservas" de Luiz Fux, Edson Fachin e Dias Toffoli. Não houve debate no plenário - foi adotado um modelo de julgamento que privilegia a unidade do Tribunal, mas preju-

dica a transparência.

A Corte ainda definiu que ao julgar cada caso poderá se pronunciar sobre a "extensão da retroação para fins da ação rescisória ou mesmo o seu não cabimento diante do grave risco de lesão à segurança jurídica ou ao interesse social". O Supremo vem limitando os efeitos temporais em diversos casos (determinando que a decisão só vale para o futuro, por exemplo), mas não costuma se manifestar sobre os limites das ações rescisórias. Por isso o ponto representa uma novidade.

Em regra, esse prazo de ajuizamento de ação rescisória é de dois anos a partir do "trânsito em julgado" (final da tramitação, quando não cabe mais recurso) da decisão. Quando a decisão questionada afeta um precedente do Supremo, contudo, o

prazo é maior: não começa a contar a partir do "trânsito em julgado", mas sim a partir da decisão do Supremo. É esse prazo estendido que está sendo discutido agora.

As Fazendas públicas foram favoráveis à manutenção do prazo estendido. Se o dispositivo fosse declarado inconstitucional, todas as rescisórias que a União ajuizou para fazer valer a modulação de efeitos da "tese do século" poderiam ser extintas. Já os contribuintes criticavam o prazo estendido por entender que ele permite a alteração da "coisa julgada" a qualquer momento. A limitação de cinco anos para a retroação teve como objetivo preservar a segurança jurídica e impedir que uma pessoa seja cobrada por um tributo não pago há 15 ou 20 anos atrás, por exemplo.

LESA-APOSENTADOS

Presidente do INSS é exonerado após suspeita de fraudes

A exoneração do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União ontem. A portaria é assinada pela ministra substituta da Casa Civil, Miriam Belchior. Stefanutto é um dos investigados na operação que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na manhã de ontem para apurar suspeitas de um esquema de descontos não autorizados nos benefícios de aposentados e pensionistas.

A demissão foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais cedo, a Justiça Federal já havia determinado o afastamento cautelar de Stefanutto e de outros cinco servidores públicos.

Procurador federal, Stefanutto ficou à frente da Procuradoria-Federal Especializada junto ao INSS de 2011 a 2017.

Em 11 de julho de 2023, assumiu a presidência da autarquia por indicação do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que defendeu ontem o direito de todos os investigados à presunção de inocência.

OPERAÇÃO

A Operação Sem Desconto investiga um suposto esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

Após a deflagração da operação, o governo federal anunciou a suspensão de todos os acordos de cooperação técnica que permitem que organizações da sociedade civil cobrem de aposentados e pensionistas mensalidades associativas descontadas diretamente dos benefícios pagos pelo INSS.

AGU cria grupo para recuperar dinheiro das vítimas de fraude

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) criou ontem um grupo especial para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A medida foi tomada após a deflagração da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

O grupo será formado por oito advogados públicos que vão atuar para propor medidas judiciais e administrativas para obter a reparação dos valores descontados e os danos causados contra o INSS.

Os profissionais também devem propor medidas de prevenção e enfrentamento de situações de fraudes contra a seguridade social.

De acordo com o advogado-geral da União, Jorge Messias, a AGU vai atuar para garantir a renda dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

"O Estado brasileiro, os aposentados e pensionistas foram lesados por esse esquema. Por isso, também vamos buscar a responsabilização das entidades que promoveram os descontos ilegais e recuperar cada centavo desviado", afirma Messias.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a demissão do presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, que foi afastado pela Justiça em função das investigações da Operação Sem Desconto.

CÂMARA

CCJ deve analisar hoje recurso de Glauber Braga contra cassação

KARINA FERREIRA/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara pautou para hoje, em sessão às 9h, a leitura do recurso do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) contra a decisão que recomenda a perda do mandato e a inelegibilidade por oito anos.

O documento de 94 páginas foi protocolado na terça-feira passada. Em vídeo publicado nas redes sociais, Glauber se mostrou surpreso com a rapidez com que seu pedido entrou na pauta da comissão, afirmando não ter "um dia de paz".

Segundo o regimento da Casa, a comissão tem até cinco dias úteis após ter o pedido protocolado para dar um parecer sobre o caso.

No recurso, como mostrou a Coluna do Estadão, Glauber disse que adotou uma reação "proporcional" ao agredir um integrante do MBL que havia xingado sua mãe doente, e que tem sido perseguido pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) Ainda segundo o parlamentar, não houve direito de defesa no

processo e o relator do caso no Conselho de Ética, Paulo Magalhães (PSD-BA), teve postura "sempre desejosa de uma condenação".

Caso o recurso seja aceito, o processo vai retornar ao Conselho de Ética, onde será nomeado um novo relator. Caso não, a cassação segue o processo normal e será votada no plenário da Casa. Lá, é preciso que a maioria absoluta vote pela punição, ou seja, 257 deputados. Se o número não for atingido, o processo será arquivado e Glauber vai permanecer com o mandato.

Em protesto contra a decisão do Conselho de Ética, que votou pela cassação do mandato, por 13 votos a cinco, Braga fez uma greve de fome que durou nove dias. Entre 9 e 17 deste mês, ele dormiu no plenário de uma comissão da Câmara e fez a ingestão somente de água, soro fisiológico e isotônico.

A greve só foi suspensa após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometer adiar a votação da cassação do parlamentar em plenário para o segundo semestre, por 60 dias.

BRASÍLIA

Reforma da praça dos três Poderes vai custar R\$ 22 mi

RAISA TOLEDO/AE

Representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apresentaram na terça-feira passada, o projeto de restauração da Praça dos Três Poderes, em Brasília. O investimento total estimado para a execução das obras é de R\$ 22 milhões, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O início das obras está previsto para julho deste ano, com conclusão no segundo semestre de 2026. É no local, alvo de ataques em 8 de janeiro de 2023, que ficam os edifícios que representam os Três Poderes da República: o Palácio do Planalto, do Executivo, o Supremo Tribunal Federal (STF), do Judiciário, e o Congresso Nacional, do Legislativo.

As principais intervenções previstas são a recuperação

completa do piso e das estruturas comprometidas, o restauro de obras de arte, a iluminação da praça e dos monumentos, melhorias na acessibilidade para pessoas com deficiência (como piso podotátil e rampas de acesso) e na drenagem e sinalização, além da instalação de câmeras de segurança e novos bancos.

As obras que passarão por restauro são a escultura "Os Candangos", o Museu da Cida-

de, as esculturas de Israel Pinheiro, de Juscelino Kubitschek e Tiradentes, o Pombal, o espaço Lúcio Costa e o Marco Brasília.

Segundo o Iphan, as prioridades foram definidas após consulta popular que ouviu pouco mais de 100 cidadãos sobre melhorias sugeridas no local.

Após o atentado a bomba realizado em novembro do ano passado, em que um homem morreu após disparar explosivos em frente ao STF, o órgão também se reuniu com representantes da Suprema Corte, do Senado e da Câmara para discutir medidas de segurança a serem implementadas, tais como a manutenção de grades e o aumento das câmeras na região.



MARÇO

Preço de ingredientes do prato feito tem queda em São Paulo

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Levantamento da Associação Paulista de Supermercados (Apas), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, em março, o preço dos principais ingredientes do prato feito caiu no estado de São Paulo.

A carne bovina, item de maior peso na composição do prato, registrou recuo de 1,16%. No acumulado deste ano, a queda chega a 0,49%. Entre os cortes que mais baratearam desde janeiro, destacam-se a picanha (6,16%), fraldinha (4,91%), contrafilé (2,89%) e patinho (2,21%).

“O aumento da oferta de fêmeas para abate, combinado à diminuição da demanda por carne devido ao término do período de festas e à substituição por outros produtos com preços mais acessíveis, pode explicar a redução nos preços em março. O arrefecimento da taxa de câmbio durante o primeiro trimestre do ano e a queda nos preços da ração também contribuíram com a redução nos preços da carne no mês”, explicou o economista-chefe da Apas, Felipe Queiroz.

O preço do arroz recuou 2,4% em março, enquanto o feijão teve leve alta de 0,63%, mas acumula expressiva deflação de 24,76% nos últimos 12 meses. No mesmo período, a categoria de cereais apresentou queda de 12,75%.

“Em março, toda a subcategoria de cereais recuou 1,29%, mantendo a tendência de deflação observada desde o segundo trimestre de 2024. Esse processo deflacionário está relacionado principalmente à diminuição no preço do feijão, que está em queda desde o mês de abril do ano passado”, disse Queiroz.

PERCEPÇÃO

A redução dos preços, no entanto, ainda não foi sentida pelos consumidores. A servidora pública Gisele Fernandes, de 53 anos de idade, disse que não percebeu queda nos supermercados.

“Os preços praticados no segmento da alimentação, como o arroz, o feijão e a carne, já vêm em uma ascendência galopante desde novembro do ano passado. Esses alimentos, a meu ver, ficaram com o preço impraticável. A solução está sendo diminuir o consumo desses alimentos”, disse.

Já a assistente de recursos humanos Andreza Ferreira, de 43 anos de idade, notou a diminuição nos preços.

“Esse último mês percebi que o arroz e o feijão tiveram uma queda e deu para comprar de novo a marca mais cara que eu comprava. Antes, para poder adequar a minha renda, eu tive que trocar de marca para não ter um peso no orçamento. A carne eu não senti tanta diferença, eu ainda continuo fazendo minhas alternativas”, disse.

ZONA NORTE

PM de folga atira em 4 policiais e se mata

ÍTALO LO RE/AE

Um soldado da Polícia Militar de folga morreu na noite de terça-feira passada, após atirar em outros quatro agentes da corporação em confronto no bairro do Limão, zona norte de São Paulo. Conforme informações preliminares da PM, Rogério Vital dos Santos teria cometido suicídio logo após ser ferido.

Registro interno da PM, ao qual o Estadão teve acesso, aponta que equipes do 9º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (9º BPM/M) foram acionadas para atender a uma ocorrência em que o PM de folga “apresentava comportamento alterado e fazia ameaças de suicídio, após um desentendimento familiar”.

Segundo o documento, o policial se trançou em seu apartamento, localizado no 7º andar de um edifício na Rua Thomaz Antonio Villani, no bairro do Limão, e passou a realizar disparos de arma de fogo contra a equipe policial que realizou o atendimento inicial. Ele estaria sozinho durante os disparos.

O registro aponta que ninguém se feriu em um primeiro momento, mas que, diante da gravidade da situação, foi necessário acionar uma equipe especializada do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), que por volta das 20h iniciou as tratativas para tentar conter o agente e resolver a crise.

As negociações para rendição do policial de folga teriam durado cerca de quatro horas, mas sem muito avanço. Após tentativa de aproximação das equipes com o uso de robôs e protocolos de negociação, Rogério teria voltado a disparar, ferindo quatro integrantes do 4º Batalhão de Polícia de Choque.

Durante o confronto, Rogério foi alvejado de raspão no tórax e no braço. Ele, en-

tão, “atentou contra sua própria vida”, segundo registro interno. A equipe de pronto atendimento médico da Polícia Militar foi acionada para prestar socorro imediato ao autor da crise, mas o soldado não resistiu e morreu no local.

Conforme a corporação, o quadro se configura como “suicídio pela polícia (conhecido internacionalmente como suicide by cop), em que o indivíduo, ao ameaçar e atirar contra agentes de segurança, busca deliberadamente provocar uma reação letal como forma de interromper sua própria existência”.

“A Polícia Militar presta total apoio aos policiais feridos e às suas famílias, e reforça que todos os protocolos técnicos e operacionais foram seguidos, com foco na preservação de vidas e na segurança da população”, afirma a corporação.

Dados da última edição do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicado no ano passado, apontam que os suicídios cometidos por policiais militares da ativa estão em alta em São Paulo. Foram 31 ocorrências em 2023, alta de 40,9% em relação aos 22 casos registrados um ano antes.

Em paralelo, as mortes cometidas por agentes da Polícia Militar em serviço também têm apresentado alta, com destaque para a capital paulista, onde os casos dobraram: foram 184 ocorrências de janeiro a dezembro de 2024, ante 92 casos em 2023, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública.

FERIMENTOS

O registro da Polícia Militar aponta que os quatro policiais militares do 4º Batalhão de Polícia de Choque feridos durante o confronto também receberam atendimento de urgência e passam bem.

UNIÃO GLOBAL

China vê Irã como 'parceiro estratégico' e critica os EUA

PEDRO LIMA/AE

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, criticou os Estados Unidos por impor “tarifas de forma abusiva” e por “se isolar da comunidade internacional”, defendendo uma maior união global em prol do multilateralismo. Em encontro com o chanceler iraniano, Abbas Araghchi, também abordou as negociações nucleares entre Teerã e Washington, com a China reafirmando seu apoio a uma solu-

ção diplomática para a questão.

Yi classificou o Irã como um “parceiro estratégico integral” no Oriente Médio e elogiou a cooperação recente na luta contra o “unilateralismo e a coerção”, segundo comunicado.

Em relação às tensões comerciais, o chanceler chinês alertou para o “aumento da instabilidade” no cenário mundial e condenou medidas protecionistas.

Ele ainda sugeriu que ambos os países intensifiquem a cooperação em fóruns como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e o Brics.

Yi reiterou o apoio da China a uma “solução política e diplomática” para o impasse referente ao programa nuclear iraniano, manifestando-se contra as “sanções unilaterais ilegais” e o uso da força. “A China elogia o compromisso do Irã de não desenvolver armas nucleares e defende seu direito ao uso pacífico da energia nuclear”, declarou.

O ministro chinês também se mostrou favorável ao diálogo direto entre Teerã e Washington, destacando que as negociações são essenciais para “proteger os

direitos legítimos” do Irã e garantir a “paz e estabilidade regionais”.

Araghchi afirmou que a parceria estratégica com a China vive seu “melhor momento histórico” e que não será afetada por “fatores externos”.

Ele condenou as “tarifas arbitrárias e a coerção dos EUA” e garantiu que o Irã continuará ao lado de Pequim na luta contra o “unilateralismo”. O chanceler iraniano também destacou que o Irã pretende expandir a cooperação bilateral, incluindo em fóruns como a ONU e o Brics.

Irã acusa EUA de contradição e violação de direitos humanos

PEDRO LIMA/AE

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmaeil Baghaei, criticou duramente as novas sanções dos Estados Unidos contra setores energéticos e nucleares iranianos, classificando-as como uma contradição às sinalizações de diálogo feitas por Washington. Em comunicado divulgado no Telegram, Baghaei afirmou que as medidas são “atos hostis” que

expõem o “desrespeito dos formuladores de políticas dos EUA ao Estado de Direito e aos direitos humanos”.

Segundo o porta-voz, as sanções são “coercitivas, ilegais e contraditórias com a alegação dos EUA de estarem abertos ao diálogo”, mostrando “a ausência de boa fé e seriedade por parte de Washington”. Ele destacou que o uso de sanções como “instrumento de intimidação e pressão política” viola a Carta da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU) e o direito internacional, além de prejudicar o comércio global e os direitos das populações afetadas.

Baghaei ainda afirmou, de acordo com a nota iraniana, que tais medidas representam “graves violações dos direitos humanos básicos”, incluindo o direito ao desenvolvimento, e podem ser consideradas “crimes contra a humanidade”. O governo iraniano exige que os EUA sejam res-

ponsabilizados por essas ações, que descreveu como “ilegítimas, arbitrárias e criminosas”.

Na véspera, o Departamento do Tesouro dos EUA anunciou sanções contra um empresário e uma rede de empresas, sob acusação de exportar milhões de dólares em gás liquefeito de petróleo (GLP) e petróleo bruto, recursos que, segundo Washington, ajudam a financiar o programa nuclear e atividades “desestabilizadoras” do Irã.

ÚLTIMO ADEUS

Velório do Papa Francisco é aberto ao público no Vaticano

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Mais de 20 mil fiéis se reuniram ontem na Praça Santa Marta, no Vaticano, para prestar condolências e receber o caixão com o corpo do Papa Francisco. A cerimônia de velório aberto começou às 11h (horário local) e segue até amanhã.

De acordo com a Santa Sé, o caixão foi colocado em frente ao Altar da Confissão, na Basíli-

ca de São Pedro, onde o coro cantou a Ladainha dos Santos em latim “para o repouso de sua alma”. O cardeal camerlengo Kevin Farrell conduziu uma breve liturgia que incluiu uma leitura do Evangelho de João sobre o amor de Jesus por seus discípulos.

Os horários informados pelo Vaticano para visitação de fiéis à basílica para se despedir do papa são os seguintes: na quarta-

feira, das 11h à meia-noite; na quinta-feira (24), das 7h à meia-noite; e na sexta-feira (25), das 7h às 19h.

O funeral de Francisco foi agendado para o próximo sábado, a partir das 10h, na própria Basílica de São Pedro. De lá, o caixão será levado para a Basílica de Santa Maria Maior, onde vai ser sepultado, conforme pedido do pontífice.

A cerimônia de sábado, co-

nhecida como Missa de Exéquias, marca o primeiro dia do Novendial ou nove dias de luto e orações em honra ao papa. A celebração, no átrio da basílica, será presidida pelo cardeal Giovanni Battista Re, decano do Colégio Cardinalício.

Ao final, ocorrerão os ritos da Última Commendatio e da Valedictio — despedidas solenes que marcam o encerramento das exéquias.

DIA DA VITÓRIA

Lula terá reunião bilateral com Putin em visita à Rússia em maio

LORENNA RODRIGUES/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ter uma reunião bilateral com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, durante visita ao país no início de maio, afirmou o embaixador russo no Brasil, Alexey Labetskiy. Lula viajará entre 8 e 10 de maio para participar das comemorações dos 80 anos do “Dia da Vitória”,

quando os russos celebram a vitória da União Soviética sobre a Alemanha nazista na segunda guerra mundial.

Questionado se os chefes de Estado tratarão de temas como a guerra com a Ucrânia, o embaixador disse que “não pode prever todos os temas que serão discutidos”. Ele adiantou, porém, que questões relacionadas aos Brics - grupo que

reúne, além dos dois países Índia, China e África do Sul - devem ser tratadas, assim como financiamentos do banco do bloco, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês).

Já o comércio entre os países em outras moedas além do dólar, para o embaixador, é uma questão de mais longo prazo. “Estou convencido de que isso

não será uma corrida de 100 metros”, completou.

Lula cancelou uma visita à Rússia em outubro do ano passado, onde participaria da cúpula do Brics, depois de sofrer uma queda no banheiro do Palácio do Alvorada. Menos de dois meses depois da queda, o presidente teve que passar por uma cirurgia na cabeça para drenar um hematoma no local.

CRÍTICA A ZELENSKY

Trump: 'ninguém pede' que Ucrânia reconheça a Crimeia como russa

FRANCINE DE LORENZO E PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou declarações do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, sobre a Crimeia, chamando-as de “inflamatórias” e prejudiciais às negociações de paz com a Rússia. Em

publicação na rede Truth Social, Trump afirmou que o líder ucraniano “está se gabando na primeira página do *Wall Street Journal*” ao dizer que “a Ucrânia não reconhecerá legalmente a ocupação da Crimeia. Não há nada para discutir aqui”. Para Trump, esse tipo de postura “é muito prejudicial para as negociações de paz com a Rússia,

já que a Crimeia foi perdida há anos sob os auspícios do presidente ‘Barack Hussein Obama’, e nem sequer é um ponto de discussão”. Ele argumentou que “ninguém está pedindo a Zelensky que reconheça a Crimeia como território russo”, mas provocou: “se ele quer a Crimeia, por que não lutaram por ela 11 anos atrás, quando foi

entregue à Rússia sem um tiro ser disparado?” O republicano também sugeriu que a Ucrânia deveria buscar um acordo em vez de prolongar o conflito. “A situação da Ucrânia é desesperadora. Ele pode ter paz ou lutar por mais três anos antes de perder o país inteiro”, escreveu. Segundo Trump, “estamos muito perto de um acordo, mas o homem sem ‘nenhuma carta na mão’ deveria, finalmente, RESOLVER ISSO”.

Trump ainda declarou que não tem ligações com a Rússia, mas que se importa em salvar “em média, 5 mil soldados russos e ucranianos por semana”.